

Transpor os muros das escolas de arquitetura e urbanismo: um olhar crítico sobre o ensino e a extensão universitária, cruzando Moçambique e Brasil

*Transposing the walls of the schools of architecture and urbanism:
a critical approach on the teaching and university extension,
crossing Mozambique and Brazil*

Sílvia Jorge*

Murad Jorge Mussi Vaz**

Palavras-chave:

Pensamento decolonial

Escolas de arquitetura e urbanismo

Maputo

Resumo: Partindo de uma abordagem crítica, baseada no pensamento decolonial, o presente artigo discute o papel social do arquiteto-urbanista a partir da sua formação acadêmica. Através de uma leitura cruzada entre Moçambique e o Brasil, analisa-se a forma de pensar e conceber cidade a partir do caso concreto da capital moçambicana, Maputo, orientando posteriormente o olhar para a universidade e o seu trabalho de extensão como forma de romper o processo de universalização, homogeneização e abstração do espaço. Este percurso demonstra que novos métodos, abordagens e práticas são necessários para um reconhecimento da pluralidade de existências e para a efetivação de um diálogo e ação comprometidos com a perspectiva de decolonização do ser, do saber e do poder.

Keywords:

Decolonial thinking

Schools of architecture and urbanism

Maputo

Abstract: Focusing on critical thinking and a decolonial approach, this article discusses the social role of the architect-urbanist from his academic background. Through a cross reading between Mozambique and Brazil, the way of thinking and conceiving the city is analysed through the concrete case of the Mozambican capital, Maputo. Subsequently, we orient the look towards the university and its extension work as a way to break the process of universalization, homogenization and abstraction of space. This path demonstrates that new methods, approaches and practices are necessary to recognise the plurality of existences and to carry out a political dialogue and action committed to the decolonisation of being, knowledge and power.

Recebido em 29 de maio de 2020. Aprovado em 09 de novembro de 2020.

Introdução

O homem é homem e o mundo é histórico-cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, à qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação (FREIRE, 2013, p. 67).

Com o avançar do século XX, e sobretudo com os desafios globais enfrentados a partir do

século XXI, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de rever as bases teóricas, metodológicas e epistemológicas que subjazem a produção atual do conhecimento, sobretudo se considerarmos que, nas palavras de Santos, “o pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que divide o mundo humano do sub-humano” (2009, p. 31). Neste sentido, importa refletir sobre as teorias que dominam a prática profissional no campo da arquitetura e do urbanismo, vinculadas

* Doutora em Urbanismo, bolsista de investigação do projeto “África Habitat: da sustentabilidade do habitat à qualidade do habitar nas margens urbanas de Luanda e Maputo” (IC&DT/PALOP/FCT-AKDN/333121392/2018), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Aga Khan Development Network, coordenado por Isabel Raposo, sediado no CIAUD-FAUL (2018-2021). E-mail: aivlisjorge@gmail.com.

** Doutor em Geografia Urbana, arquiteto e urbanista, professor da Universidade Federal da Fronteira Sul. Membro do DALE-UNILA e do NETAP-UFFS. E-mail: murad.vaz@uffs.edu.br.

à perspectiva da modernidade/colonialidade, como proposto por Farrés Delgado e Matarán Ruiz (2014, p.04). Sentidos a nível global, os negativos impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes da prática dominante revelam, por um lado, uma teoria aquém da pluralidade de contextos territoriais existentes, descontextualizada, com viés altamente excludente e vinculada a diversos padrões de colonialidade¹; por outro lado, um crescente compromisso com a lógica de mercado, sobrepondo-se tendencialmente o valor de troca ao valor de uso (MONTANER & MUXÍ, 2011). Como destaca Lefebvre (1991 [1974]), a progressiva destruição programada das particularidades locais a favor da homogeneização e abstração do espaço, que viabilizam a constituição de um mercado global, têm vindo a gerar um conflito do urbano consigo mesmo, progressivamente mais desigual e excludente.

Farrés Delgado e Matarán Ruiz (2014, p. 18, tradução nossa) partem do princípio de que “os impactos globais da homogeneização do espaço e a perda de identidade na arquitetura, no urbanismo e no ordenamento do território serão superados somente se reconhecidos como parte da ocidentalização do mundo”. Neste sentido, os autores (*Idem*) sublinham a necessidade de assumir uma atitude apoiada na teoria da “transmodernidade” e na “ecologia dos saberes”², na senda de Sousa Santos (2009). O reconhecimento de uma pluralidade de saberes permitiria ressaltar diversas espacialidades, ao vincular práticas espaciais e práticas sociais, evidenciando a urgência de criticar e repensar a ideia de uma humanidade homogênea, a partir da qual, nas palavras de Krenak (2019, p. 12), “o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania.”³

Na academia, uma abertura ao diálogo e ao reconhecimento de práticas fundadas na diferença permitiria, por sua vez, uma abertura à diversidade de práticas espaciais vinculadas a práticas sociais, aludindo a abordagens pedagógicas e metodológicas variadas, incluindo no campo da arquitetura e do urbanismo. Seguindo esta linha de pensamento, destacam-se diferentes prioridades, nomeadamente: (1) sublinhar a importância da discussão epistêmica “em torno da negociação/reafirmção do projeto

civilizacional moderno”; (2) assumir o carácter e impacto global e local dos problemas de hoje; (3) abraçar as múltiplas dimensões do urbano; (4) debater a teoria urbana contemporânea a partir da perspectiva da modernização/colonização, questionando a “legitimidade do conhecimento racional moderno e o seu impacto mundial” (FARRÉS DELGADO & MATARÁN RUIZ, 2014, p.04, tradução nossa).

A discussão epistêmica, filosófica, metodológica, prática, política e sociológica em relação ao carácter eurocêntrico da modernidade e pós-modernidade, promovida pela crítica decolonial, abre assim espaço para a construção de teorias sobre aspetos pouco ou nada explorados da realidade urbana (FARRÉS DELGADO & MATARÁN RUIZ, 2014). Simultaneamente, ao dialogar com Freire (2006, 2013), revela-se uma outra forma de pensar e construir conhecimento, horizontal e obrigatoriamente vinculada à realidade, em contínua transformação. É sobre esta forma “outra” que incide a nossa análise e reflexão, cruzando dois contextos distintos – Moçambique e Brasil –, com o objetivo de reconhecer caminhos comuns e desviantes a este pensamento alternativo. O cruzamento parte da experiência, vivência e conhecimento co-construídos nos últimos anos sobre a capital moçambicana, Maputo, especificamente da observação direta, dos levantamentos e entrevistas realizados em diferentes territórios da cidade. Simultaneamente, apoia-se numa abordagem de investigação-ação, sempre limitada, mas comprometida com uma leitura crítica e reflexiva dentro e fora da academia em torno do saber, conceber e intervir, vinculada à ação de extensão, em sua condição de abertura aos diversos contextos e à construção de um conhecimento socialmente comprometido.⁴

Partindo da ideia de espaço em sua condição de simultaneidade de histórias em realização, efetuamos num primeiro momento uma análise crítica do planeamento da cidade de Maputo desde a sua origem à atualidade, sublinhando diferentes lógicas e cosmovisões. Num segundo momento, dirigimos o olhar para a universidade, identificando diferentes perspetivas e experiências desencadeadas

de dentro para fora dos muros das escolas de arquitetura e urbanismo. Num terceiro momento, analisamos o papel da extensão universitária, a partir de uma abordagem decolonial, abrindo, no final, espaço para algumas notas conclusivas.

Pensar e planejar a cidade: o caso de Maputo

A fixação portuguesa em Lourenço Marques, que após a independência (1975) receberia o nome de Maputo, consolidou-se no início do século XIX com a chegada de uma força militar e a construção de uma pequena fortificação (MENDES, 1985, p. 79-80). A existência de um porto natural e de uma estrada de ligação a Lidemburgo⁵ acabariam por atrair, quer pessoas vindas da metrópole e das mais variadas partes do mundo, quer população autóctone, na procura de melhores condições de vida (RITA-FERREIRA, 1967/68, p. 129-151). Com efeito, a progressiva chegada de estrangeiros a caminho do Transvaal⁶, ou que aí se instalaram como intermediários e negociantes, rapidamente alterou o rosto da pequena povoação, resumida a uma língua de areia cercada de pântanos e mangues (MORAIS, 2001, p. 57; VALES, 2014, p. 24).

A expedição de Obras Públicas, por autoridades portuguesas, conduzida em 1877 foi a principal força motriz de uma nova fase de expansão, criando as condições necessárias para a construção de uma ferrovia, vital para o funcionamento do porto, a realização dos primeiros aterros, que viabilizaram a expansão para norte, e a concessão de terrenos, sobretudo a estrangeiros e para especulação (VALES, 2014, p. 88-89; RITA-FERREIRA, 1967/68, p. 182-183). Com efeito, um artigo do *Occidente*⁷, de 1880, destacava a remoção das chamadas “palhotas”, habitadas sobretudo por autóctones, para fora das muralhas, alegando-se serem facilmente inflamáveis. Tinha assim início um longo e violento processo de segregação racial e sócio-espacial, regido pela ordem e racionalidade que caracterizam o espaço abstrato a que alude

Lefebvre (2012 [1968], p.56). Uma nova ordem negava os diversos processos simbólicos e culturais anteriores ao regime colonial e invisibilizava a população autóctone no espaço urbano em construção. Esse processo é intrínseco à produção de mercadorias e à divisão e organização do trabalho, aos modelos de comportamento e aos sistemas de valor que induzem ao consumo, em representação de uma ordem simultaneamente próxima e distante.

Neste sentido, o Plano de Ampliação de Lourenço Marques de 1887, assinado por António José de Araújo, acabou por desempenhar um papel determinante ao instrumentalizar o espaço com vista à produção de mais-valias e a um maior controle social, reproduzindo as relações de poder e dominação então instituídas pelo regime colonial. Concebia uma cidade a-histórica e transcultural, que negava o passado e a cultura do “outro” – o não ocidental –, percebido como uma manifestação de atraso e como algo a ser erradicado. Com exceção do núcleo antigo, a partir do qual iniciou o traçado ortogonal que passou a orientar e regular a expansão e crescimento urbanos, o Plano fez tábula rasa das preexistências, negando a “cidade moderna” à população autóctone, negra, remetida para o denominado “bairro Indígena”, que nunca chegou a sair do papel (Figura 01). Em contrapartida, baseado numa política de concessão restrita a portugueses, estrangeiros e empresas, promoveu o mercado e a especulação imobiliária, determinando o lugar de cada um na cidade.

Com efeito, ao seguir a lógica de segregação, desenvolveu-se para lá da Estrada da Circunvalação aquela que se viria a chamar de “cidade de caniço”, autoproduzida⁸ e distante dos padrões de ordenamento preconizados. De carácter temporário, parte dela ficou desde logo refém dos interesses imobiliários instalados, em particular os terrenos sobranceiros ao porto e à baía, atribuídos a grandes promotores e investidores privados. Outra parte, menos atrativa para o mercado, alojou, sem o mínimo de condições de habitabilidade, a maioria da população aí residente.



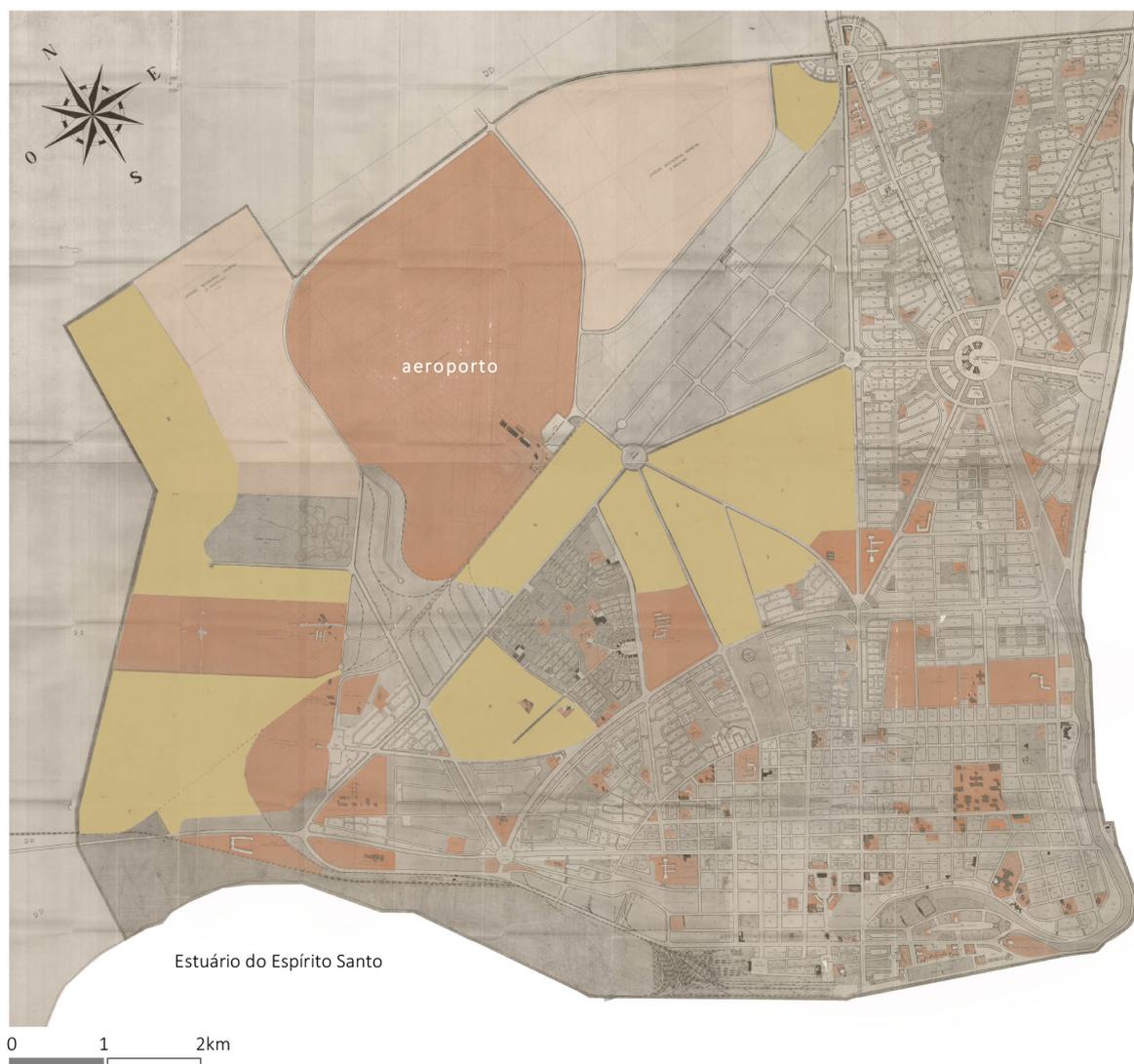
Figura 01 – Plano de Ampliação de Lourenço Marques, 1887.

Fonte: Projeto de ampliação da cidade de Lourenço Marques (versão 2) (1887). Imagem trabalhada graficamente pelos autores.



Figura 02 – Expansão da cidade.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Moçambique.



Legenda | ■ equipamentos e instituições públicas; ■ áreas de reserva; ■ 'residencial indígena'.

Figura 03 – Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952.

Fonte: Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, Ocupação do Solo (1952). Imagem trabalhada graficamente pelos autores.

Já em meados do século XX, enquanto ganhava forma no Brasil o paradigmático Plano Piloto de Brasília, apresentava-se em Moçambique o Plano Geral de Urbanização de 1952, da autoria de João Aguiar, reiterando o caráter temporário dos espaços autoproduzidos, classificados como “reserva” (Figura 03). Tal como o seu antecessor, fez tábula rasa dos espaços em redor da denominada “cidade de cimento”, formalmente reconhecida, remetendo agora a população autóctone para uma área “residencial indígena” nas imediações do aeroporto, que também nunca saiu do papel.

Preconizava-se a demolição de bairros inteiros, considerados insalubres e desordenados, bem como a sua reconversão em parques, equipamentos e novos edifícios enquadrados no paradigma da modernidade. Constituiu exceção o olhar crítico de Pancho Guedes⁹, que, contrariando o pensamento dominante, propôs no seu Manual do Vogal Sem Mestre (1963) uma abordagem de intervenção assente na qualificação e integração do tecido auto produzido. Ironizando e contrariando o pensamento urbanístico dominante, criticava em pleno regime a visão dos arquitetos e urbanistas ao seu serviço:

Os sabetudos [arquitetos/urbanistas] quando chegam de avião viam, lá do alto, muita gente pequena em barracas de lata à roda da cidade. Preocupados com isso (entre outras preocupações) alugaram arquitectos rápidos para sonhar o sonho deles, que era que com muitas casas ia ficar tudo mesmo bem. Os arquitectos não pensaram, nem falaram – desenharam e mandaram fazer algumas casas – longe, caras e más (GUEDES, 1963, p. 6, inserção nossa).

Às portas da independência, o Plano Diretor de Urbanização de 1969 (Figura 04), coordenado por Mário de Azevedo, rompeu com as premissas que até então guiaram a prática de planejamento, assumindo

uma escala territorial (VANIN, 2013, p. 49). A sua proposta de zoneamento foi definida por grandes manchas e limites flexíveis, numa primeira tentativa de diálogo entre a “cidade de cimento” e a “cidade de caniço”, para a qual se propôs a sua infraestruturização e a implementação de equipamentos de apoio à população. Ações desta natureza acabaram por ser conduzidas pelo Gabinete de Urbanização e Habitação de Lourenço Marques, responsável pela melhoria dos acessos, pela iluminação de algumas vias principais, pela construção de fontanários e algumas unidades polivalentes, ainda hoje em funcionamento, bem como pelo início da recolha do lixo (ver MAZEMBE, 2006).

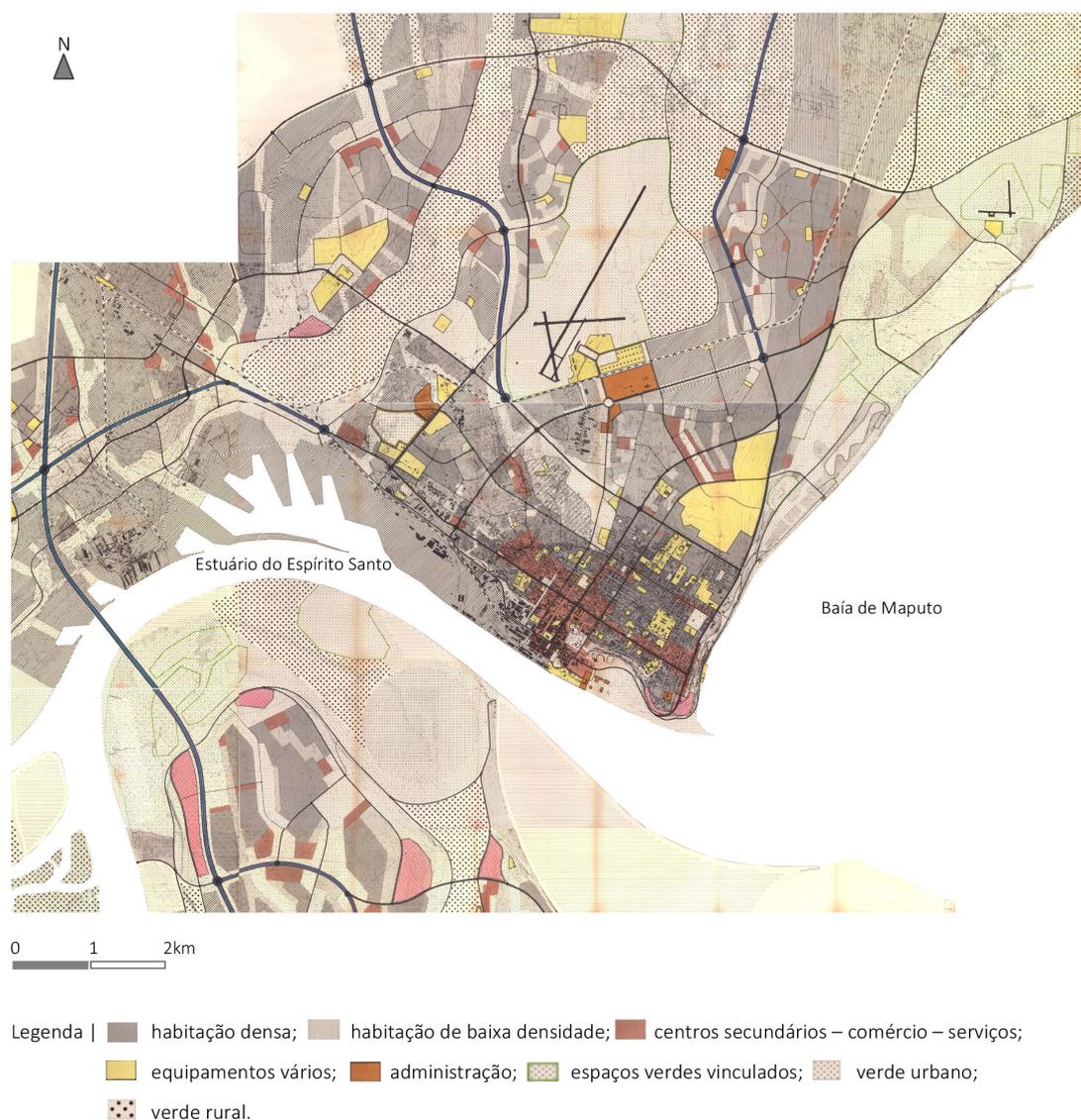


Figura 04 – Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques, 1969.

Fonte: Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques (1969). Imagem trabalhada graficamente pelos autores.

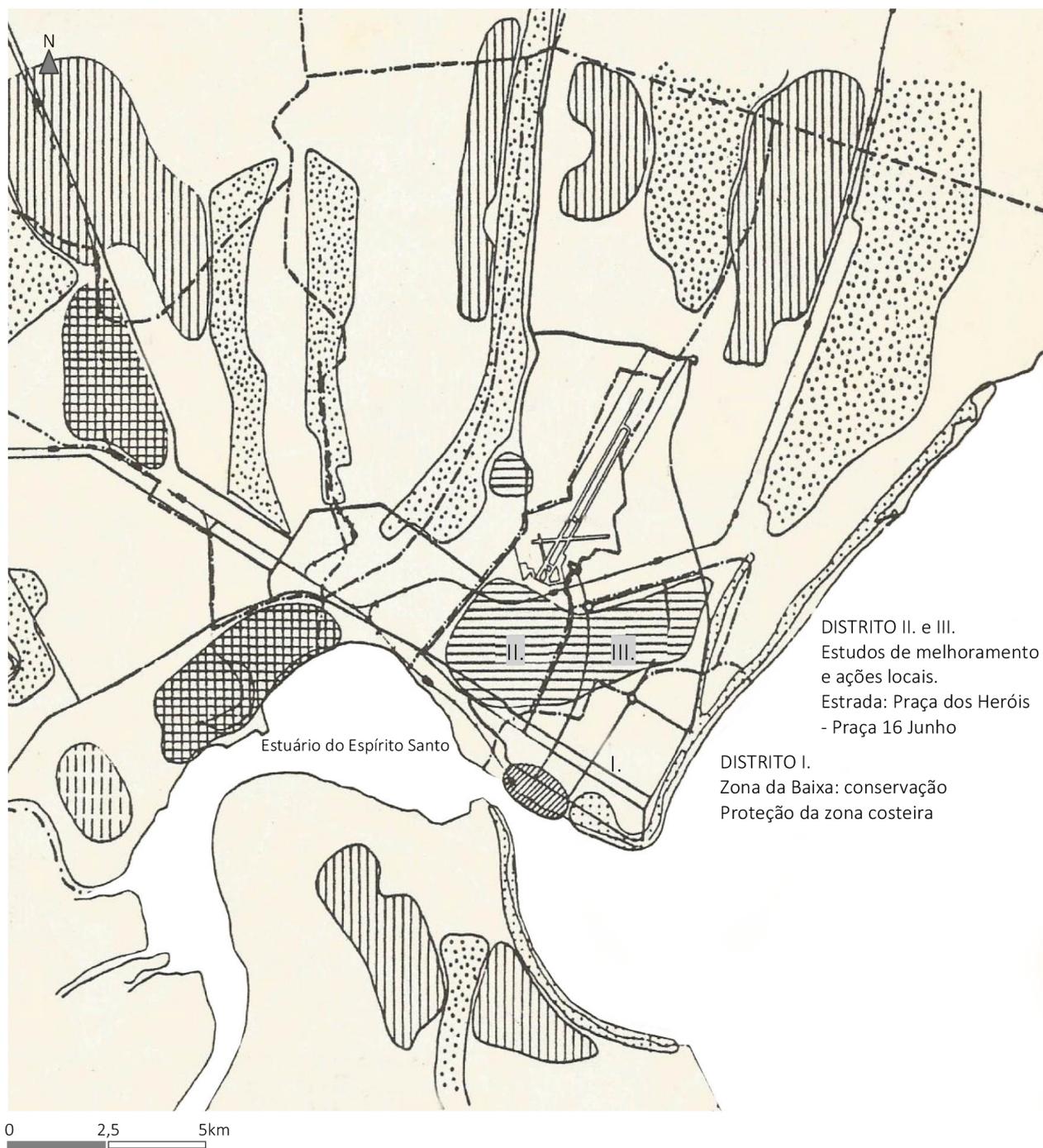
Com a independência, em 1975, a Frelimo (Frente de Libertação Nacional) – o partido que assume o poder desde então – proclamou maior equidade, o fim da opressão e exploração coloniais, bem como o progresso cultural e social, apoiado numa nova ideia de nação e, à semelhança do regime anterior, assente no paradigma da modernização (CAHEN, 2007, p. 121-122). Sobretudo a nacionalização da terra e dos prédios de rendimento travaram o mercado fundiário e imobiliário, promovendo o acesso de milhares de pessoas ao centro da cidade e a uma habitação plurifamiliar, mas também profundas mudanças ao nível do espaço auto produzido, que rapidamente “se cimentou” (CARRILHO & LAGE, 2009, p. 320). Destarte, populações com modos de vida plurais, inseriram-se ou foram inseridas numa cidade de matriz modernista, levando a choques culturais e miscigenações de práticas socioespaciais. Financiado e apoiado pelas Nações Unidas, o Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço (1977-1979) – dois bairros adjacentes ao centro da cidade – representou uma experiência ímpar ao nível da qualificação do tecido auto produzido, seguindo o espírito dos primeiros anos de independência (ver SAEVFORS, 1986).

Na década seguinte, o Plano de Estrutura de 1985 (Figura 05), coordenado por José Forjaz – na altura um dos poucos arquitetos moçambicanos do país –, embora continuasse a propor a melhoria e infra estruturação destes territórios, anunciou um novo olhar sobre as áreas mais próximas do centro, em participar sobre Polana Caniço, classificada como área de reserva para “habitação especial”. A atribuição restrita de novos talhões (lotes) a cidadãos capazes de cumprir “os critérios e standards da zona” (INFP, 1985, p. 91), refletia o poder de uma nova elite política e econômica local, a sobreposição dos seus interesses em detrimento dos da maioria da população, bem como a revalorização destes lugares estratégicos do ponto de vista do mercado (JORGE, 2017).

A chamada “guerra dos dezesseis anos” (1977-1992), travada entre a Frelimo e a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) – principal partido da oposição –, bem como a crise social e

econômica que cedo se instalou, acabaram por paralisar a maioria dos projetos e intervenções previstos ou em curso em Maputo. Ao longo da década de 1980, a cidade acabaria por acolher milhares de refugiados, através da densificação e expansão do espaço autoproduzido, periférico ao centro, contribuindo para a precarização das condições de habitabilidade, a saturação e deterioração das infraestruturas/equipamentos e o agravamento dos problemas ambientais (RAPOSO & SALVADOR, 2007; VIVET, 2012). Entre 1970 e 1991, a população de Maputo mais que duplicou (LOPES *et al.*, 2007, p. 44). A vida urbana começava a interpenetrar gradualmente a vida rural e vice-versa, desencadeando um movimento de transformações e resistências que, como descreve Baía (2011), acentuava a oposição urbanidade-ruralidade.

A adesão a programas de ajustamento estrutural ainda na década de 1980, apoiada pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, apresentou-se como incontornável, marcando o início de um novo ciclo econômico e financeiro, de cariz neoliberal. As mudanças políticas e econômicas desencadeadas desde então reacenderam a lógica de mercado, aumentando assim a pressão exercida, quer no centro da cidade, quer nas margens urbanas (ver JORGE, 2020). Num primeiro momento, os grupos de menores recursos foram sendo progressivamente reconduzidos para áreas mais periféricas, na sequência do sub-aluguel e da alienação dos prédios de rendimento do Estado. Seguiram-se ainda intervenções como o Projeto de Reabilitação Urbana (1988-1995), que apostou na reabilitação de alguns destes imóveis no centro da cidade e no realojamento das famílias que os ocupavam em bairros mais periféricos, gerando igualmente processos de periferização. Com a entrada marcante das organizações não-governamentais e de outros agentes estrangeiros, sobretudo promotores e investidores, multiplicaram-se as instituições e projetos de cooperação internacional direcionados para o desenvolvimento urbano e habitacional. Contudo, eram insuficientes e a sua ação superficial, não fazendo frente aos processos crescentes de segregação e exclusão sócio-espacial (RAPOSO, 2007; MELO, 2015; JORGE, 2017).



Legenda | expansão habitacional; expansão industrial; subdivisão de talhões; melhoramento.
 conservação; zona verde permanente.

Figura 05 – Plano de Estrutura da Cidade de Maputo, 1985.

Fonte: Plano de Estrutura da Cidade de Maputo, Mapa 8 – Intervenções Prioritárias (1985). Imagem trabalhada graficamente pelos autores.



Legenda | ■ espaço urbanizado; ■ área urbanizável planejada; ■ área urbanizável não planejada; ■ área para expansão urbana; ■ verde urbano; ■ área húmida e inundável; ■ equipamentos; ● centros urbanos propostos.

Figura 06 – Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo, 2008.

Fonte: Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo, Planta de Ordenamento (2008). Imagem trabalhada graficamente pelos autores.

Paralelamente à (re)emergência da renovação urbana (JORGE, 2015), assente na tábula rasa do tecido auto produzido, também se reafirmou a defesa da sua requalificação num estudo realizado no âmbito da iniciativa “Melhoramento dos Assentamentos Informais” e no Plano de Estrutura do Município de Maputo de 2008 (Figura 06), ambos coordenados por José

Forjaz. No entanto, o Plano de 2008, ainda em vigor, também propôs a renovação de algumas áreas consideradas estratégicas do ponto de vista do mercado, através da criação de parcerias público-privadas. Os megaprojetos da Grande Circular e da ponte entre Maputo e a KaTembe, enunciados neste mesmo Plano e entretanto já concluídos, abriram novas oportunidades para o mercado imobiliário,

em ascensão nos últimos anos (BEJA & JORGE, 2019; JORGE, 2020). Cada vez mais próxima da lógica empresarial, a cidade tende a ser lida numa perspectiva estritamente econômica, encarando-se o planejamento como um mero acessório, ao qual se recorre ou dele prescinde em função dos interesses instalados (JORGE, 2017, 2020).

Aprender e lecionar na universidade

Face a uma cidade desigual e excludente desde a sua origem, regida pelo “sistema unitário” e o “urbanismo total” a que alude Lefebvre (2012 [1968], p. 37-38; 2001 [1972], p. 102-103), indutores de uma racionalidade tecnológica e tecnocrática, que papel assume ou pode vir a assumir a universidade na geração de práticas e abordagens mais inclusivas? A resposta a esta questão requer uma outra abordagem e atitude, não só uma leitura crítica e reflexiva da realidade e do sentido de existência da própria universidade, mas também do processo de produção, disseminação e apropriação do conhecimento gerado dentro e fora dela.

Ao contrário do Brasil, onde a criação da primeira universidade remonta a 1920¹⁰, em Moçambique ela surge durante o período colonial, em 1962, sendo que a formação em arquitetura e planejamento urbano apenas foi assegurada na década de 1980, anos após a independência. Sem quadros técnicos nacionais suficientes para fazer face aos desafios herdados, o país tornou-se progressivamente dependente daquilo que Forjaz¹¹ descreve como a “arquitetura de importação”, a “urbanística no papel” e o “planeamento regional do mapa e relatório”, dominados por um pensamento marcadamente ocidental, distante e distinto da realidade local. Findo o regime colonial, tornava-se cada vez mais urgente desenvolver uma massa crítica e técnica próprias, capazes de, nas palavras de Forjaz, “construir a sua cidade, modelar e ordenar a sua paisagem”, bem como “sofrer ou [...] gozar as consequências dos seus próprios erros ou sucessos”. A Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane (FAPF-UEM) nasceu em 1986 com esse grande objetivo – criar técnicos superiores nacionais –, pelas mãos do seu então diretor, José Forjaz, e com o apoio da

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Roma “La Sapienza”.

Fiel ao pensamento crítico que o caracteriza, Forjaz descreve a universidade como um tempo oferecido “para pensar, [...] criar o vício do pensamento, o dever do pensamento, a alegria do pensamento” (2018, p. 48-49). Tal desafio implica, nas suas palavras, “conhecer o homem e a sociedade, os materiais e as tecnologias, a geografia e o clima, a geomorfologia e as religiões”, mas também “conhecer-nos a nós próprios” (*Ibidem*). Atribui desta forma à universidade a responsabilidade de assumir a dimensão da ignorância universal, quer do professor, quer do aluno, cabendo: ao primeiro, “estimular no aluno a coragem da descoberta, [...] a alegria da razão e do sentir, a capacidade de exprimir, a ciência de comunicar a dimensão técnica e a poética da invenção” (*Ibidem*); ao segundo, acreditar que vale a pena aprender com prazer, manter “a inocência da curiosidade e da imaginação” e descobrir “que tecnologia sem poesia é tecnocracia” (*Idem*, p. 59). Esta leitura da universidade e do papel do professor e do aluno aproxima-se do pensamento de Freire ao reconhecer que “se aprende ao ensinar” (2006, p.23) e que “ensinar não é transferir conhecimento” (*Idem*, p.47), mas sim criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção, exigindo “uma reflexão crítica sobre a prática” (*Idem*, p.38). Contudo, esta linha de pensamento ainda está longe de ser, ela mesma, hegemônica.

Nos primeiros quinze anos de existência (1986-2001), formaram-se na FAPF-UEM cerca de duas centenas de arquitetos/urbanistas. Entretanto, abriram outras escolas públicas e privadas com o mesmo fim, nomeadamente: a Escola Superior de Arquitectura do Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM); a Faculdade de Engenharia da Universidade Católica de Moçambique (UCM); a Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade de Lúrio (UNILÚRIO); a Faculdade de Engenharias, Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Wutivi (UNITIVA); e a Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Zambeze (UNIZAMBEZE). Transversal a todas elas, como reconheceu Forjaz após 20 anos na direção da FAPF-UEM (2018, p. 62), será a dificuldade de transmitir

a urgência de uma arquitetura e urbanismo socialmente responsáveis, num contexto de poucos recursos e fortes desigualdades.

Quer à escala global, quer em Moçambique, como descrito no ponto anterior, o crescimento urbano tem obliterado a pluralidade da condição de vida humana nos assentamentos urbanos. A favor da especulação imobiliária, reproduzem-se em larga escala tipologias e produtos imobiliários orientados para e pela lógica de mercado, amplamente difundidos pelas agências e organizações internacionais, sobretudo a partir deste novo milênio (RAPOSO *et al.*, 2012). Desterritorializada, essa arquitetura dissemina-se sob a forma de hotéis, condomínios fechados, centros de negócio e vários outros programas e tipologias arquitetônicas, comuns a várias partes do mundo (ver Figura 07).

Esse ideário penetra e domina progressivamente as escolas de arquitetura e urbanismo, cada vez mais orientadas para as necessidades do mercado e não propriamente para a melhoria das condições de vida das cidadãs e cidadãos. Farrés Delgado e Ruiz (2014, p. 09) exploram a ideia de colonialidade do saber territorial¹² através do qual se enaltece “o privilégio com que as disciplinas científicas universalizam noções ocidentais de território, cidade e arquitetura”. Neste sentido, de acordo com Carlos Nelson-Ferreira dos Santos (1978), um novo rumo deveria ser dado às pranchetas dos arquitetos e urbanistas, da formação à prática. Como destacam Louçã e Ash (2017, p. 236), o poder sobre a educação e o ensino acaba por ser condição essencial para a disputa da atual hegemonia global.

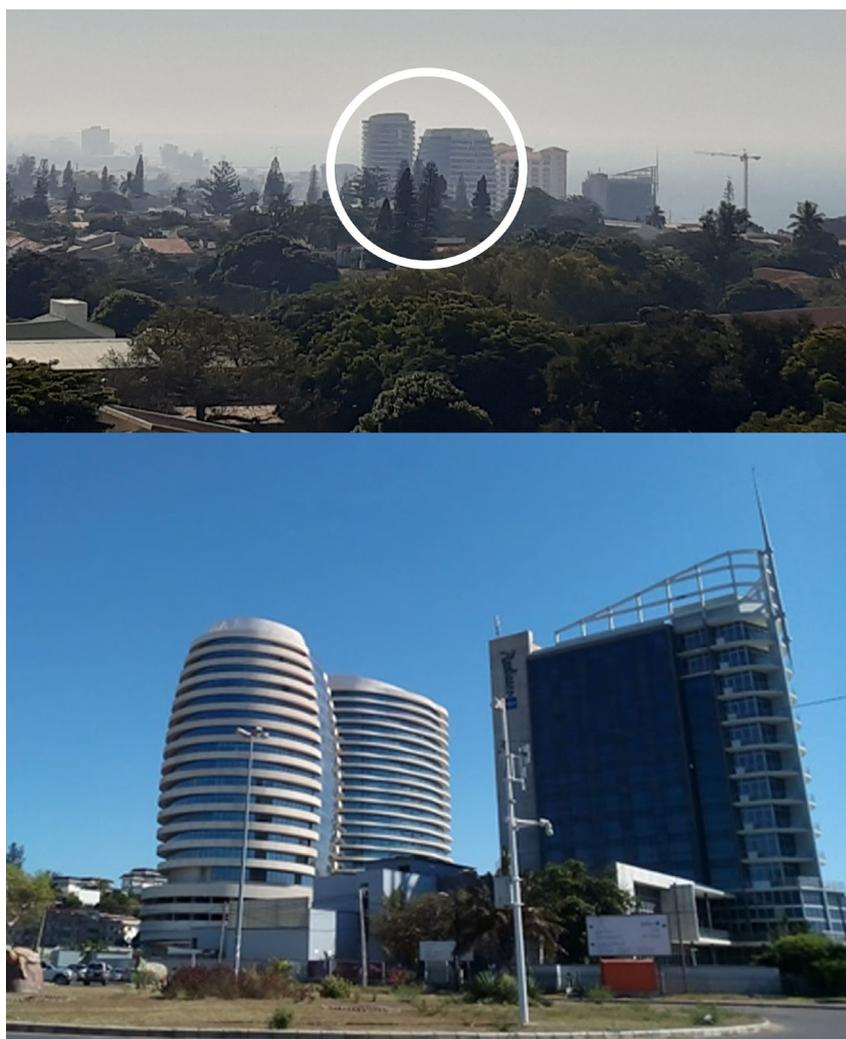


Figura 07 – O destaque do Hotel Radisson na paisagem de Maputo.

Fonte: Cortes, 2020; Vaz, 2019.

De forma mais ou menos explícita, tendem a reproduzir-se os padrões de colonialidade territorial (FARRÉS DELGADO & MATARÁN RUIZ, 2014, p. 08-10) no seio da universidade, sendo cada vez menos as escolas de arquitetura e urbanismo que, quer em Moçambique, quer no Brasil, se desvinculam dos modelos modernos homogeneizantes que marcam a generalidade das propostas e intervenções urbanas aí esboçadas.

Identifica-se, em ambos os países, um distanciamento prático e teórico em relação aos diversos contextos territoriais existentes (como vilas, assentamentos rurais, ocupações, reservas indígenas, áreas quilombolas, cidades de pequeno porte). Por um lado, este distanciamento reflete a progressiva consolidação de uma hierarquia pedagógica e epistemológica, que privilegia o pensamento e a visão ocidentais, em detrimento de outras realidades, saberes e experiências (FARRÉS DELGADO & MATARÁN RUIZ, 2014, p. 08). Por outro, distancia-se da leitura da universidade e do papel do professor/aluno antes descrita por Forjaz (2018) e Freire (2006).

Predomina uma compreensão do conhecimento estática, que desconhece ou desvaloriza o confronto, as trocas e o aprendido com as diferenças e particularidades locais (FREIRE, 2013). Tendencialmente, o professor revela maior interesse no desenvolvimento da teoria e prática da arquitetura e do urbanismo, em detrimento da teoria e prática da educação, sendo a dimensão do projeto encarada como uma simples atividade centrada na resolução de problemas a partir de práticas e argumentos obsoletos e abstratos (RHEINGANTZ, 2005; DUTTON, 1991). Do lado do aluno, privilegia-se a sua passividade e submissão aos conteúdos administrados, promovendo-se dessa forma um pensamento acrítico e abstrato, desvinculado da realidade concreta.

Em contraciclo, alguns professores e alunos, no Brasil, em Moçambique e em vários outros contextos, envolvem-se na construção de um pensamento alternativo, plural, mais inclusivo e democrático, questionando o sentido e o papel da sua profissão e formação nesse processo (RAPOSO, 2017). No Brasil, destaca-se uma vez mais o

pensamento de Carlos Nelson dos Santos (1981), que, entre as décadas de 1960 e 1980, explorou novos caminhos dentro da academia brasileira, através de experiências como a de Brás de Pina. Observam-se abordagens alternativas dentro e fora do país, como as desencadeadas por exemplo na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), nos Centros Interdisciplinares de Tecnologia e Infraestrutura (CITI), e de Território, Arquitetura e Design (CITAD).

Em Moçambique, para além de Forjaz (2018), outros professores e alunos procuram operacionalizar uma aprendizagem mais inclusiva e horizontal, comprometida com paradigmas e abordagens de intervenção direcionadas para a realidade e atenta aos recursos locais. A reaproximação entre a universidade e a sociedade civil, em particular dos grupos de menores recursos, vem sendo feita através de diferentes iniciativas, destacando-se: o projeto Kaya Clínica, promovido pela FAPF-UEM, que visa potencializar novos paradigmas urbanos, priorizar os processos em vez dos produtos e os métodos participativos na construção do comum (LAGE & LAGE, 2017); e a iniciativa “Mapeando o Meu Bairro”, coordenado por um professor da mesma instituição, que visa estabelecer um vínculo entre as administrações públicas e a realidade local em torno da melhoria do espaço urbano.

Neste sentido, quebrar o processo de (re)colonização do saber requer, por um lado, reconhecer as linhas abissais e lógicas que determinam a hegemonia do ocidente (SANTOS, 2009); por outro, recriar a forma como se gera e valida o conhecimento, a partir da interação e de uma interlocução individual e coletiva mais efetiva, crítica e reflexiva. No lugar do predeterminismo que tende a vigorar na universidade, resta partir para o terreno com o mínimo de hipóteses e submetê-las a situações concretas, integrando e privilegiando sobretudo as reivindicações de quem é, historicamente, marginalizado na sociedade, assumindo, de acordo com Santos (1978), o cariz político e o risco que tal abordagem acarreta. Na mesma linha de pensamento, Rheingantz (2005, p. 46) propõe o desenvolvimento de uma pedagogia

de projeto fundada nos princípios éticos da arquitetura – “contribuir para tornar a vida dos homens mais confortável” –, apoiada numa interação mais horizontal entre o professor e o aluno, bem como entre a universidade e a sociedade. Trata-se de democratizar o conhecimento científico e partir do pressuposto de que a produção científica e tecnológica se deve constituir sobre o diálogo e a realidade (GADOTTI, 2017, p. 2). Esse vínculo estreito entre a produção do conhecimento científico e outras formas de conhecimento, chamadas vernaculares, questiona o próprio papel da academia e reposiciona a extensão em relação ao ensino e à pesquisa. Representa um novo paradigma a ser atingido, em resposta à ausência histórica de arquitetos e urbanistas nas periferias das cidades brasileiras e moçambicanas, bem como em diversos outros contextos territoriais, reconectando dessa forma escolas, profissionais e sociedade.

Rever a extensão universitária

Face às evidentes desigualdades socioespaciais que caracterizam ambos os contextos, as universidades no Brasil e em Moçambique possuem a possibilidade e a responsabilidade de intervir e interagir diretamente na decolonização do saber, do ser e do poder¹³, através da produção do conhecimento e de geração de novas práticas. A desmistificação do conhecimento como “objetivo, neutro, universal” (CRUZ, 2017, p. 26) potencia a abertura ao diálogo, à troca de saberes e a uma prática interativa, num ir e vir entre a academia e a sociedade. Neste sentido, a extensão universitária apresenta-se, não só enquanto “instrumento de mudança social e da própria universidade” (GADOTTI, 2017, p.2), mas também enquanto possibilidade de fruição e construção compartilhadas de saberes, através da “ação transformadora da realidade” (FREIRE, 2013, p.24). Como destacam Rovati e D’Ottaviano (2017, p. 23), esta ação transformadora implica abrir a extensão à experimentação e à diversidade, transpor as fronteiras disciplinares, ultrapassando a dissociação entre o pensar e o fazer ou entre a teoria e a prática, bem como agregar e construir um projeto coletivo vinculado à realidade, impulsionando um processo de formação transversal e horizontal.

A formação dá-se a partir da extensão universitária, tendo em conta a constante produção de um conhecimento e de uma prática vinculados à pesquisa, num caminho de interlocução e descoberta, de ensino e aprendizagem constantes. Trata-se de compreender e contextualizar a produção do conhecimento a partir das histórias locais, “arraigadas em culturas e cosmovisões particulares” (CRUZ, 2017, p. 27). A extensão constitui-se assim enquanto processo de interlocução e conscientização entre interagentes, permitindo que, a partir da problematização da realidade, todas e todos concretizem a “sua inserção crítica na realidade” (FREIRE, 2013, p.22). Para que a comunicação se efetive, os interagentes são reconhecidos enquanto sujeitos inseridos no seu próprio tempo histórico, social e relacional, ou seja, um ser da ‘práxis’, da ação e da reflexão (*Idem*, p.19). Neste processo de abertura e de reconhecimento associados à interlocução e à prática, o potencial emancipador da extensão revela-se capaz de ressignificar, de acordo com Gadotti (2017, p. 03), a própria universidade.

A problematização constante da realidade e a possibilidade de emancipação atribuem à extensão, no caso brasileiro, sobretudo a partir da década de 1960, um papel político fundamental, ao assumir um diálogo e um compromisso com os grupos de menores recursos, em defesa dos seus direitos (GADOTTI, 2017, p.1). Simultaneamente, contribui ou pode vir a contribuir na adoção de práticas mais democráticas, comprometendo-se dessa forma no combate às desigualdades sociais e aos preconceitos e pensamentos de matriz colonialista (ROVATI & D’OTTAVIANO, 2017, p. 23).

Ao nível das escolas de arquitetura e urbanismo, são diversos os caminhos e formatos abertos à extensão. Face a esta pluralidade, Rovati e D’Ottaviano (2017, p. 18) destacam a importância de não generalizar as práticas de extensão, necessariamente ajustadas a cada contexto, compreendendo as suas possibilidades, formatos e níveis de atuação. Distantes da realidade brasileira, composta de pequenas cidades, vilas rurais, quilombos, aldeias indígenas, entre tantos outros territórios, as escolas precisam estar abertas às várias

e diferentes relações estabelecidas em cada espaço, formulando outras formas de conceber, organizar e experienciar a relação entre espaço e tempo.

Apresentamos aqui duas atividades de extensão realizadas em Maputo e em Boane¹⁴, em Moçambique, na qual os autores estiveram diretamente envolvidos, na tentativa de criar um diálogo entre diferentes contextos e, dessa forma, possibilitar trocas e experimentar métodos e técnicas de ação. A partir dessas trocas e de um constante processo de aprimoramento, novas abordagens têm sido preconizadas, abrindo espaço a outros olhares sobre o papel da universidade neste e noutros contextos. A primeira atividade, intitulada “Workshop: O Espaço Público nos Assentamentos Informais de Maputo”, realizou-se em 2018, fruto de uma parceria entre a FAPF-UEM, a UN Habitat e a associação IVERCA¹⁵. Tratou-se de uma proposta de intervenção para o bairro de Mafalala, localizado às portas do centro da cidade, para o qual professores e estudantes do curso de Arquitetura e Planejamento Urbano da FAPF tinham identificado possíveis áreas de intervenção ao nível do espaço

público. As atividades desenvolveram-se ao longo de três dias, com palestras, mesas redondas e trabalhos de campo, acompanhados por moradoras e moradores do bairro (ver VAZ, 2019). A segunda atividade, dedicada ao tema da assistência técnica em arquitetura, realizou-se em Boane, em 2019, através de uma parceria entre o Centro Hakumana, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), do Brasil, e duas universidades moçambicanas, a Wuitivi-UniTiva (sede e promotora do evento) e a UEM, contando ainda com a participação dos Arquitetos Sem Fronteiras da Catalunha e uma pesquisadora da Universidade de Lisboa. Tratou-se de uma oficina de concepção de uma nova sede para o Centro Hakumana, que trabalha com crianças, jovens, adultos e idosos soropositivos e tuberculosos, que reuniu 40 estudantes das duas instituições moçambicanas de ensino envolvidas. Durante quatro dias, realizaram-se mesas redondas e debates, trabalho de campo e a criação de projeto em ateliê, acompanhadas por docentes, pesquisadores, técnicos e comunidade local¹⁶.



Figura 08 – Atividade desenvolvida em Maputo.

Fonte: Vaz, 2019.

Entre as diversas atividades desenvolvidas, escolhemos estas duas por conceberem e atuarem na extensão enquanto “ação política e espaço público, locus privilegiado da interação entre universidade e sociedade pautado pela prática da democracia” (ROVATI & D’OTTAVIANO, 2017, p.17-18). Embora pontuais e limitadas no tempo, a interlocução gerada entre as comunidades locais, o terceiro setor e a academia revelaram a necessidade de construir e fortalecer canais de diálogo entre todos. Através das ações desenvolvidas, evidenciaram-se e aprofundaram-se as diferenças entre os tempos da academia, mais dilatados, e os da realidade, mais prementes, traçando um caminho orientado a novos métodos e práticas construídos e desenvolvidos em conjunto e maior consonância. Por último, tornou-se igualmente evidente a falta de preparação e experiência das estruturas universitárias, no que concerne o suporte e apoio, instrumental, técnico e material, para que oficinas sejam desenvolvidas, permitindo uma maior integração entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Ao longo do desenvolvimento das atividades percebemos que conceitos como espaço público, forma arquitetônica, cotidiano e práticas sociais e espaciais variam conforme as componentes simbólicas, culturais e socioeconômicas espacializadas em cada lugar. Fomentar a interlocução entre escola e os diversos segmentos da sociedade tem permitido a reflexão de que novos métodos e abordagens são necessários, apontando novos rumos, em processo contínuo de construção.

Conclusão

O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber (FREIRE, 2013, p.37).

Dada a pluralidade de possibilidades de relações entre ser humano e espaço, vinculada às mais diversas cosmovisões, sistemas simbólicos e culturais, em contraponto com o projeto hegemônico de modernidade, racionalizante e homogeneizador, o papel social, crítico e comprometido de arquitetos e urbanistas consolida-se a partir do próprio

processo de formação acadêmica. Neste sentido, ao preconizar o ensino e a pesquisa baseados na extensão, reconhecendo as complexidades e contradições da realidade, a atividade extensionista possibilita a abertura para a troca e a aprendizagem fundidas entre a academia e a sociedade. Consolida-se assim, não somente seu potencial de difusão, mas também de construção de conhecimento e trocas culturais transversais.

A análise e observação aqui restituídas, acuradas ao processo de colonização de Moçambique, especificamente de Maputo, enquanto capital, demonstram simultaneamente o choque e o mimetismo de processos locais e globais. Constituem-se, assim, desde a origem desta cidade, espaços excludentes, marcados pela sobreposição do valor de troca em detrimento do valor de uso. Neste sentido, o projeto de colonização dá-se através da invisibilização do outro –, numa negação da condição cidadã em sua existência, reforçando uma constante e violenta colonização do ser, do saber e do poder, com forte matriz e impacto territorial. Como vimos, do ponto de vista dos campos disciplinares da arquitetura e do urbanismo, este projeto de colonização inscreve-se, quer ao nível do planejamento e das práticas de intervenção consideradas oficiais, quer no seio da universidade, que acaba por reproduzir as lógicas de mercado. Desta forma, sublinha-se o facto da maior parte da população brasileira e moçambicana ficar à margem da generalidade da ação e intervenção de arquitetos e urbanistas.

Ao se tratar de uma abordagem que visa a decolonização do conhecimento e do ser, alicerçada sobretudo numa crítica socialmente comprometida com a dimensão processual, as universidades assumem, ou podem vir a assumir, um papel central na construção de um espaço mais inclusivo e democrático. Para isso uma nova postura, que questiona a primazia do conhecimento científico-acadêmico sobre todas as outras formas de conhecimento, assente na interlocução e no diálogo, na abertura e reconhecimento da alteridade, segundo as mais variadas cosmovisões. O vínculo estreito entre pesquisa, ensino e extensão ressignifica-se assim a partir de uma ampliação da ênfase e da

atividade de extensão enquanto canal preferencial de diálogo entre a academia e a sociedade. Para que esta interlocução seja possibilitada e potenciada, há que reconhecer a pluralidade de existências, vinculadas às práticas contextualizadas e a à construção do conhecimento, de forma horizontal.

Notas

1 Na linha de Maldonado-Torres, o colonialismo representa “a formação histórica dos territórios coloniais”, tendo em conta a forma como os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta”; e “colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização [...] capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (2018, s/p).

2 Para aprofundar a ideia de ecologia de saberes recomenda-se a leitura do capítulo “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, de Boaventura de Sousa Santos (2009).

3 Na obra “O Espaço do Cidadão” (1987), Milton Santos discute os espaços da constituição da cidadania no Brasil, aprofundando, entre outros tópicos, a leitura do cidadão e do consumidor.

4 O artigo foi produzido no quadro: do projeto “África Habitat: da sustentabilidade do habitat à qualidade do habitar nas margens urbanas de Luanda e Maputo” (IC&DT/PALOP/FCT-AKDN/333121392/2018), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Aga Khan Development Network, coordenado por Isabel Raposo, sediado na FAUL (2018-2021), no qual a primeira autora foi bolsista; dos projetos de pesquisa “A produção de espaços públicos: reflexões sobre Maputo, Moçambique” (2017-2018) e “Maputo: reflexões compartilhadas” (2019-), coordenados pelo segundo autor e sediados na UFFS; e da pesquisa de pós-doutorado “Maputo: cidade, espaço público, cidadania” (2018), realizada pelo segundo autor, entre a UFFS, a UEM e a UL.

5 Região da África do Sul onde foi descoberta uma importante jazida de ouro em 1873.

6 Região da África do Sul localizada acima do rio Vaal, no nordeste do país.

7 Revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, publicada entre 1878 e 1914.

8 A noção de auto produção é usada na tentativa de retirar ou minorar o sentido pejorativo que geralmente subjaz os conceitos empregues na identificação dos espaços ocupados e construídos de forma não oficial.

9 Arquiteto, escultor e pintor português com vasta obra em Moçambique (1925-2015).

10 Para um aprofundamento sobre a trajetória da formação em arquitetura e urbanismo, com uma ampla discussão que data desde o Brasil Colônia até à atualidade, recomenda-se a consulta do décimo volume da obra “Trajetória e Estado da Arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia” (IPEA/CONFEA, 2010).

11 Texto intitulado “Historial da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da U.E.M.”, não publicado, disponível em: <http://www.architecture.uem.mz/informac/histfapf.htm>. Acesso em abril de 2013.

12 Os autores apoiam-se na “proposta de Farrés e Matarán (2012) que define a colonialidade territorial como o conjunto de padrões de poder que na praxis territorial servem para estabelecer hegemonicamente uma concepção do território sobre outras que resultam “inferiorizadas” (FARRÉS DELGADO & MATARÁN RUIZ, 2014, p. 08).

13 Sobre a decolonização do ser, do saber e do poder recomendamos a leitura de Maldonado-Torres (2016, 2018). Segundo o autor, “é somente em virtude da articulação de formas do ser, poder e saber que a modernidade/colonialidade poderia sistematicamente produzir lógicas coloniais, práticas e do ser que apareceram, não de modo natural, mas como uma parte legítima dos objetivos da civilização ocidental moderna.” (Maldonado-Torres, 2018, s/p).

14 A oficina de 2019 foi realizada em parceria entre a UFFS (Professor Murad Jorge Mussi Vaz), a Wuitivi-UniTiva (Professora Daiane Bertoli), a UEM (Professor Remígio Chilaule) e o Centro Hakumana (Irmã Rute Mesquita, Irmã Olívia Moises Cosme, Irmã Aurora Frederico Zucula, Educador Humberto Paulo Laiheque, Engenheira Agrônoma e voluntária da Hakumana Joczabet Guerrero). Para além destas instituições, contou-se com a participação do Gestual/CIAUD-FAUL (investigadora Sílvia Jorge) e da ONG Arquitetura Sem Fronteiras (Arquiteta Mariana Buttes, Planejador Físico Orlando Mucuhu).

15 Mais informação disponível em: <http://www.iverca.org/>. Acesso em 28 de maio de 2020.

16 Durante a escrita do artigo, finalizou-se o projeto arquitetônico para a Sede da Hakumana, através de trabalho on-line entre estudantes da UFFS e da UniTiva.

Referências

BEJA, Ana; JORGE, Sílvia. Uma Paisagem em Mutação: o caso do Bairro dos Pescadores em Maputo. **Finisterra**, LIV v. 54, n. 112, p. 145-162, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis17838>.

CAHEN, Michel. Michel Cahen, **Moçambique: o marxismo, a nação e o Estado**, entrevista realizada

- por Angela Lazagna. *Crítica Marxista*. São Paulo. Ed. **Revam**, 2007, p. 118-130.
- CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís. Desafios no domínio da habitação. *In*: BRITO, Luís, CASTELBRANCO, C., CHICHAVA, Sérgio e FRANCISCO, António (Orgs.). **Desafios para Moçambique, 2010**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2009, p. 319-322.
- CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *In*: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de Oliveira (Orgs.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 15-36.
- FARRÉS DELGADO, Yasser; MATARÁN RUIZ, Alberto. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. **Polis** [online]. 2014, v. 13, n. 37, p. 339-361. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682014000100019>.
- FARRÉS DELGADO, Yasser; MATARÁN RUIZ, Alberto. Colonialidade territorial: Para analisar Foucault no quadro da desterritorialização da metrópole. Notas desde Havana. **Tabula Rasa** [online]. 2012, n.16, p.139-159.
- FORJAZ, José. **Pensar Arquitectura**. Casal de Cambra/Maputo: Caleidoscópico/Kapicua, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** [recurso eletrônico] Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017.
- GUEDES, Pancho. Manual de Alfabetização do Vogal sem Mestre. **Tribuna**, p. 6-7, 1963.
- IBELINGS, Hans. **Supermodernismo**. Arquitectura en la era de la globalización. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1998.
- IPEA/CONFEA. **Trajetória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia** - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2010.
- JORGE, Sílvia. The Re-Emergence of Urban Renewal in Maputo: Importance and Scale of the Phenomenon in the Neoliberal Context. *In*: SILVA, Carlos (Ed.). **Urban Planning in Lusophone African Countries**. Farnham: Ashgate, 2015, p. 203-213.
- JORGE, Sílvia. **Lugares interditos: os bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo**. 2017. 359f. Tese (Doutoramento em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.
- JORGE, Sílvia. The financialization process of land and housing in the Mozambican capital: The case of pericentral self-produced spaces. **Housing Policy Debate**, p.1-17, 2020.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. EDITORA SCHWARCZ S.A., São Paulo, 2019.
- LAGE, Luís; LAGE, Jéssica. Atuar sobre os processos habitacionais através da assistência técnica comunitária pela academia: Projeto Kaya Clínica, Maputo. **Espaços Vividos e Espaços Construídos**. v. 1, n. 6, p. 22-29, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. Lisboa: Letra Livre. Trad. por R. Polo do original em francês de 1968, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A. Trad. por M. Ramos e M. Jamur do original em francês de 1972, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Nova Iorque: Wiley-Blackwell. Trad. por D. Nicholson-Smith do original em francês de 1974, 1991.

- LOPES, Carlos; AMADO, Filipe; MUANAMOBA, Ramos. Dinâmicas populacionais em Luanda e Maputo. *In: OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (coords.). Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 37-64.
- LOUÇÃ, Francisco, ASH, Michael. **Sombras**. A desordem Financeira na Era da Globalização. Lisboa, Bertrand, 2017.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. **Transdisciplinaridade e decolonialidade**. Revista Sociedade e Estado – v. 31, n. 1, p.75-97, 2016.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- MAZEMBE, Albino. **GUHARLM, Experiência de gestão de terras metropolitanas no Grande Maputo no período anterior à Independência Nacional**. Maputo: Estudo para o programa de Apoio à Estratégia de Gestão Ambiental para a Área do Grande Maputo, Moçambique, 2006.
- MENDES, Clara. **Maputo antes da independência, Geografia de uma Cidade Colonial**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.
- MONTANER, Josep; MUXÍ, Zaida. **Arquitectura e política**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2011.
- MORAIS, João. **Maputo: Património da Estrutura e Forma Urbana Topologia do Lugar**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- RAPOSO, Isabel. Instrumentos e práticas de planeamento e gestão dos bairros peri-urbanos de Luanda e Maputo. *In: OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (Coords.). Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 219-246.
- RAPOSO, Isabel; SALVADOR, Cristina. Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio, urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo. *In: OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (Coords.). Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 104-138.
- RAPOSO, Isabel. Intervir nas margens do urbano, o papel da academia. **Espaços Vividos e Espaços Construídos**, v. 1, n. 5, p. 29-39, 2017.
- RAPOSO, Isabel; JORGE, Sílvia; VIEGAS, Sílvia; MELO, Vanessa. Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à metrópole neoliberal. **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**. v. 4, n. 2, p. 189-205, 2012.
- RITA-FERREIRA, António. **Os Africanos de Lourenço Marques**. Lisboa: Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, v. 9, série C, 1967/68.
- RHEINGANTZ, Paulo. Por uma arquitetura da autonomia: bases para renovar a pedagogia do ateliê de projeto de arquitetura. **ArqTexto**, n. 6, p. 42-67, 2005.
- ROVATI, João; D’OTTAVIANO, Camila. Os territórios da extensão universitária.. *In: D’OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João (Orgs.). Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017.
- SAEVFORS, Ingemar. **Maxaquene, a comprehensive account of the first urban upgrading experience in the new Mozambique**. UNESCO, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estudos CEBRAP, 79, p. 71-94, 2007.
- SANTOS, Carlos Nelson. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SANTOS, Carlos Nelson. Associações de bairro e de moradores. Estarão as pranchetas mudando de rumo? Rio de Janeiro, **Revista Chão**, n. 1, 1978.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

VANIN, Fabio. **Maputo, cidade aberta**. Maputo, open city. Lisboa: Fundação Serra Rodrigues, 2013.

VALES, Teodoro. **De Lourenço Marques à Maputo. Genèse et formation d'une ville**. 2014. 692f. Tese (Doutoramento em Urbanismo e Arquitetura) – École Doctorale Sciences de l'homme, du politique et du territoire. Université Grenoble Alpes, 2014.

VAZ, Murad Jorge Mussi. O papel social do arquiteto e urbanista. Uma abordagem crítica e aplicada a partir da formação acadêmica. *In: Anais do 9º Seminário Internacional Projetar*, 22 à 25 de outubro de 2019 [recurso eletrônico] STINGHEN, Andréa Berriel Mercadante [et al.] – Curitiba: UFPR: Universidade Positivo, 2019. Disponível em: <https://www.dropbox.com/sh/eiaqqoknz057ezc/AACQ4edI3CTX54kJbkNfb6ala?dl=0&preview=9%C2%BA+PROJETAR+-+Volume+1.pdf> Acesso em 28 Mai. 2020.

VIVET, Jeanne. **Déplacés de guerre dans la ville: La citadinisation des deslocados à Maputo (Mozambique)**. Paris: Karthala, 2012.